



**O OBJETO DE TRABALHO E A FORMAÇÃO GENERALISTA EM SERVIÇO SOCIAL:  
EM DEBATE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS**

**Jane Cruz Prates\***  
**Thaiza Teixeira Closs\***  
**Beatriz G Aginsky\***  
**Idilia Fernandes\***

O contexto atual, em tempos de reestruturação produtiva e revolução informacional, impõe um ritmo acelerado de transformações às profissões, exigindo novas habilidades e competências para atender às demandas de um mercado de trabalho cada vez mais restrito e competitivo.

Este cenário é agravado pelo desemprego estrutural e a precarização do trabalho que se realiza a partir dos interesses do capital e que, na matriz atual, necessita de menos volume de mão de obra e mais trabalhadores polivalentes, com qualificações múltiplas aos quais inclui e exclui, de modo flexível, de acordo com seus interesses e necessidades. (PRATES, 2008).

O adensamento de reflexões sobre todos esses aspectos é de fundamental importância para que possamos acompanhar as transformações do tempo presente de forma crítica, enfrentarmos os desafios postos a essa profissão e ao mesmo tempo nos fortalecermos enquanto categoria. Alguns destes temas são bastante complexos e contraditórios e exatamente por essa razão exigem de nós explicações atentas para que não incorramos em avaliações reducionistas.

O mercado de trabalho exige um trabalhador polivalente que execute múltiplas atividades, cada vez mais complexas e que requisitam operações mentais e saberes originários das mais diversas áreas. Se, historicamente o saber foi fragmentado para dar conta da complexificação de um mercado de trabalho que cresce a partir da revolução industrial exigindo especializações, a reestruturação produtiva condensa e flexibiliza atividades para, a partir do sobretrabalho, ampliar os lucros do capital. Por outro lado, o reconhecimento de que nenhuma área sozinha pode dar conta de explicar e intervir nos fenômenos sociais exige que cada vez mais caminhemos para leituras e ações interdisciplinares e intersetoriais que caracterizam a integralidade.

---

\* é assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora dos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (Brasil), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS PUCRS (Mestrado e Doutorado), Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMP, pesquisadora produtividade do CNPq. Contatos: jprates@puers.br

\* é assistente social da FASC, PMPA, mestre em Serviço Social e realiza doutorado em Serviço Social no PPGSS PUCRS, é professora do Curso de Graduação em Serviço Social da PUCRS

\* é assistente social, doutora em Serviço Social, Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, professora dos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS PPGSS PUCRS (Mestrado e Doutorado), Pesquisadora Produtividade do CNPq

\* é assistente social, mestre e doutora em Serviço Social professora dos Cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (Brasil).

E para além do aspecto relativo a possibilidade de inserção dos profissionais da área nos espaços sócio-ocupacionais, o que sem dúvida interessa à categoria, também temos como compromisso assumido coletivamente a luta por políticas públicas de qualidade, e a perspectiva de reconhecer sujeitos e grupos como unidades dialéticas cujas necessidades não podem ser atendidas por uma única política ou explicada por fatores isolados, faz com que associemos essa qualidade a necessária materialização da integralidade.

O reconhecimento da contradição como negação inclusiva é de suma importância para que expliquemos o real não excluindo de modo simplista as oposições, mas reconhecendo que o movimento que resulta na superação pressupõe por algum tempo a sua convivência

A partir dessa perspectiva a necessária, mas insuficiente justificativa de responder às demandas de mercado, não é o que orienta de modo central o nosso debate, mesmo porque historicamente respondemos ao mercado quando nos instituímos como profissão nesse País para controle da população e em especial da pobreza, servindo aos interesses do capital.

O próprio reconhecimento do Serviço Social como profissão é bastante recente em termos de história e isto implica em nos assumirmos como trabalhadores que sofrem todas as refrações do mundo do trabalho, limitados pelo assalariamento, em que pese sermos, no Brasil, uma profissão liberal que tem como requisito a conclusão do nível superior e dispomos de um código de ética e de uma lei que regulamenta nosso exercício profissional. E esta não é uma realidade mundial, pois em países vizinhos, como Paraguai, não há lei de regulamentação ou código de ética profissional, o que tem implicações importantes no exercício da profissão. Em tempos de desregulamentação este é um aspecto importante a ser observado pela categoria.

Significa dizer que é importante reafirmar atribuições específicas e particularidades que caracterizam essa profissão, bem como legitimar competências que temos logrado serem socialmente reconhecidas e ampliá-las, sem contudo nos descaracterizarmos como profissão.

O trabalho interdisciplinar em áreas que tem como eixo estruturante a integralidade, como as políticas públicas de assistência social e saúde, conforme mencionamos anteriormente, e em especial a última, pela própria natureza do trabalho, quando o processo de trabalho é partilhado por um campo único ou área, muitas vezes faz com que os profissionais tenham dificuldades em reconhecer a diversidade de seus objetos de trabalho. Em algumas situações chegam a confundir a profissão com a própria política, em outras o objeto com os objetivos do trabalho.

Estudos realizados em nível de mestrado, como os Closs (2010), confirmam essa afirmação aportando dados que mostram essa dificuldade de apreensão por parte dos profissionais no âmbito da residência em saúde em Porto Alegre.

Isto também se evidencia na relação Serviço Social e política de assistência social, visto a relação histórica da profissão com essa política. A expressão de assistentes sociais em cursos de capacitação dos quais participamos para trabalhar essa política nos dão base para fazer essa afirmação.

Em que pese o fato de profissões diversas terem objetos distintos, podem, num processo de trabalho onde se inserem, construir objetivos comuns. Na verdade a interdisciplinaridade pressupõe a construção de objetivos comuns e a diversidade de

áreas que faz com que seja enriquecido o modo de apreensão da realidade e intervenção integrada é exatamente, a nosso ver, o aporte do olhar diverso proveniente do trato de políticas e sujeitos a partir de objetos distintos, mediados pelas áreas que se articulam, o que não significa a construção de um único objeto ou de um novo objeto que resultou do processo de interface entre as áreas..

O processo de construção do objeto não é sua modificação enquanto tal, mas o seu desocultamento, a sua apreensão a partir das múltiplas determinações que o conformam, a sua reelaboração, contemplando as lógicas de sujeitos diversos que a percebem, a identificação de suas refrações que podem ser diversas, e se manifestarem de modos distintos dependendo do campo a partir do qual a explicamos e no qual intervimos.

Logo, nosso objeto não são os sujeitos ou suas relações, mas o conjunto de desigualdades que rebatem no seu modo e condição de vida, que rebatem nas suas relações e as formas de resistência a esses processos por eles utilizadas sejam estratégias singulares ou construídas coletivamente, como, por exemplo, as políticas públicas.

Essas desigualdades e resistências assumem características diversas em campos distintos, em termos de necessidade/demandas e respostas, por essa razão é tão importante medirmos o trato da questão social que particulariza essa profissão nos mais diversos campos e junto as demais áreas que partilham conosco a inserção em processos comuns de trabalho. Mas também é importante reconhecermos sua gênese comum, muitas vezes subsumida em aspectos subjetivos, simbólicos ou fragmentados, em razão do processo de alienação que mascara o real, o que é característico do modo de produção capitalista.

O movimento de relação entre a universalidade e a particularidade que conforma a totalidade concreta precisa ser resguardado nos processos de análise/intervenção, esta precisa ser uma preocupação e vigilância constantes no trato da questão social, pois não podemos perder de vista a contextualização necessária a uma explicação mais densa dos fenômenos, porém a sua mediação para o tempo miúdos dos homens em carne e osso é que viabiliza que ela assuma sentido na vida dos sujeitos e possa efetivamente provocar o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, como a mobilização e a consciência.

Quanto mais amplas nossas cadeias de mediações, maior a possibilidade de contribuirmos para o desocultamento e a redução de desigualdades, bem como para a identificação, reconhecimento e o fortalecimento de resistências, na perspectiva de materializarmos no cotidiano de trabalho nosso projeto ético-político, ou o estaremos reduzindo a um tratado de intenções. Por outro lado é a partir dessa contribuição concreta e efetiva que nos legitimamos enquanto profissão junto à sociedade.

Esse processo requer de nós uma formação consistente e processual e não nos referimos aqui apenas a formação acadêmica, que embora seja de suma importância, não é a única alternativa de nos qualificarmos. Incluímos aqui a participação em eventos científicos, debates, grupos de estudo, pesquisas, sistematização de experiências, entre outras estratégias de troca e produção de conhecimentos.

O processo de precarização e flexibilização do trabalho atinge a todos os trabalhadores e a todas as profissões na medida em que altera as relações de oferta e procura, expondo aqueles que vendem sua força de trabalho a se sujeitarem a maiores níveis de exploração. Os dados são contra-prova histórica do que afirmamos:

Estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2006) aponta que a automação é responsável por 10 milhões de desempregos no Brasil. Outra investigação realizada pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP / Marília –SP (2008) mostra que há um novo proletariado precarizado e que mais de 50% da População Economicamente Ativa- PEA brasileira está no mercado informal.

Segundo Reis (2008) o déficit de emprego formal na América Latina chega a 126 milhões de trabalhadores, na sua maioria jovens e mulheres, que representam 53% da População Economicamente Ativa –PEA.

Conforme apontam Lavinias, Amaral e Barros (2004) “O sub-grupo que se mostra mais sensível aos movimentos de expansão e retração da conjuntura econômica é de fato o das mulheres (...) Isso é particularmente evidente no caso das mulheres com nível universitário.”

E dizem ainda os autores: A expansão mais lenta nos últimos anos dos serviços e comércio, onde o peso das mulheres representa aproximadamente 55% no agregado, pode explicar este fato. Entre as conclusões apontadas pelo estudo destacamos duas:

1. As mulheres sofrem as repercussões do componente sazonal de modo mais acentuado do que os homens (oferta de empregos diferenciada no início e final de ano)
2. A ampliação da taxa de desemprego feminina na área dos serviços em razão do aumento da concorrência masculina neste setor.

É importante destacar que, embora as taxas de desemprego sejam maiores na indústria e no comércio, o estudo mostra que crescem com maior rapidez nos serviços. (idem).

Ressaltamos a questão de gênero considerando o fato de o Serviço Social ter uma conformação marcadamente feminina.

Pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS sobre o perfil do assistente social no Brasil, em 2005, mostra ainda que somos 74.521 profissionais inscritos nos conselhos, dos quais 78,16% encontram-se vinculados a esfera pública estatal, sendo que destes, 40,97% no âmbito municipal, 24% no âmbito estatal e 13,2 % em âmbito federal (CFESS, 2005). Mostra o mesmo estudo que há uma expansão de contratos de assistentes sociais para atuarem nas Prefeituras em áreas de Planejamento, descentralização de políticas públicas, assessorias e consultorias a programas e projetos sociais, elaboração de projetos e captação de recursos.

Mas, se por um lado, o mercado requisita um trabalhador polivalente, por outro, são destituídos espaços e competências, dando nova configuração à divisão social e técnica do trabalho, ora super-especializando, ora reduzindo fronteiras entre as profissões, extinguindo algumas ou atribuindo-lhes novas configurações, de acordo com os interesses do capital.

Este contexto avassalador atinge o Serviço Social como uma especialização inserida na divisão do trabalho, portanto no trabalho do assistente social verificamos as refrações dessa precarização, do sobretrabalho, do trabalho invisível ( produções virtuais, e-mails e telefonemas que invadem nossas casas e horários de descanso) a expansão de doenças do trabalho onde se destacam o estresse, as LER/DORT, as depressões. Mas esta não é uma prerrogativa dessa profissão.

No I Simpósio de Saúde do Trabalhador (2008) realizado em Porto Alegre, (FSS-PUCRS / COLSAT Mercosul), a renomada pesquisadora francesa Annie Thébaud-Mony, destacou que o trabalho esta chegando a limites que o ser humano não

pode suportar nem física, nem emocionalmente, como conseqüência dos processos de globalização, precarização e flexibilização, o que na França tem sido associado a dois problemas que tem crescido significativamente nos últimos anos, os Cânceres e os suicídios, os últimos, conforme afirma a pesquisadora, com mais de 11 mil ocorrências no ano 2000, ou seja, mais de um por hora, destacando ainda que muitos são associados às pressões excessivas no trabalho ou a falta de tempo para cumprir exigências da vida pessoal em razão do mesmo. (THÉBAUD-MONY, 2008)

Estudo realizado por Nogueira (2007) mostra a dupla subordinação vivenciada por professores em razão do prolongamento da jornada de trabalho. A produção do professor e sindicalista desoculta a barbárie absoluta, pois quando desqualificamos progressivamente a produção de conhecimentos, a formação de profissionais, os espaços que, por excelência deveriam contribuir para o adensamento da crítica e os transformamos em mais um *negócio* a serviço do capital, estamos entregando a alma e o futuro de nossos países. Afinal, a universidade operacional, pobre de espírito, rasa e superficial, empreendedora e mercadológica é o cemitério do conhecimento, ou parafraseando Marx, a miséria não só da filosofia, mas da produção do conhecimento humano. E países que não produzem conhecimento e formam sua massa crítica de modo independente, não tem autonomia e, portanto, não podem falar em democracia ou cidadania, conceitos necessariamente interdependentes.,mesmo considerando os limites da emancipação política.

O retrocesso que significa retornarmos ao velho burocratismo e ao tecnicismo, que se apresenta como inovador, e que nos enquadra em planejamentos estratégicos, nos círculos de qualidade, que privilegia um marketing que fetichiza as reais possibilidades dos sujeitos de lograrem o que lhes é prometido e outras estratégias transpostas mecanicamente da área da produção e administração empresarial para a área do ensino conformam uma realidade assustadora e demarcam um retrocesso que seguramente terá impactos piores do que podemos imaginar, dentro em breve. Velhos filmes que se repetem, com roupagens diversas e discursos maquiados ou competentes, para utilizar a expressão de Chauí. (1998)

A flexibilização curricular, que acaba por precarizar o ensino de modo velado, quando nos são exigidas novas competências, a excessiva preocupação com a sustentabilidade, mesmo que para tanto a qualidade seja atingida; a ampliação do Ensino à Distância, ou no âmbito das políticas públicas, a hipertrofia do terceiro setor, são ameaças a processos em curso, conquistados na Constituição Brasileira de 1988 que requerem um estado forte, com trabalhadores concursados e capacitados para dar conta da proteção social, mesmo restrita ao que foi possível conquistar naquela ocasião, em termos de legislação.

Vivenciamos, portanto, no Brasil a disputa entre dois projetos políticos, um que se pauta nas conquistas da Constituição de 1988 e que, entre outros aspectos destaca a descentralização das políticas sociais e o controle social da população e outro que flexibiliza essas conquistas reduzindo o estado social, buscando repassar as responsabilidades à sociedade civil.

A proporção significativa com que se desenvolvem as iniciativas neoliberais caminham na contramão das conquistas universalizantes, que pressupõem a primazia do Estado na condução da política e que para sua consolidação necessitam romper com a histórica subalternidade arraigada na cultura brasileira, fruto do colonialismo,

patrimonialismo, dos longos períodos de ditadura e populismo que marcaram nossa história e que fazem com que tenhamos um espaço e uma esfera pública frágeis. (COUTO, 2007)

Além do significado social desta disputa para todos os brasileiros, para o Serviço Social que tem seu trabalho mediado pelas políticas sociais, cuja concentração maior de absorção da mão de obra esta vinculada a seguridade social, este debate assume relevância ainda mais central e, portanto, é transversal a formação.

Contudo, é preciso considerarmos o caráter contraditório das políticas sociais que por um lado instigam a conformação e por outro podem se constiur em espaço para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios.

Iamamoto (2007) em seu livro Serviço Social em tempos de capital fetiche nos desafia a desocultar a capilarização da reprodução, destacando que o capitalismo precisa de uma ideologia para reproduzir-se e ela não afeta apenas a produção, mas se amplia ocupando todos os espaços da sociedade, subsumindo a sociedade aos interesses do capital de forma naturalizada.

Portanto, como já o dizia Marx (1989), desnaturalizá-la é trabalho da ciência especialmente se comprometida com novos patamares de sociabilidade.

O capital internacionalizado expande sua face financeira especulativa e opera sem regulamentações, apoiado pelos organismos multilaterais, subordina tudo a seus interesses particulares: a vida da sociedade, a economia, a política, a cultura, mistificando e tornando opacos (invisíveis) os processos de subordinação, subalternização, exploração, segregação ou fragmentação (IAMAMOTO, 2007)

Para explicar esse processo há que retomar o trabalho, destaca a autora, mas não só o concreto (qualitativo) também o abstrato (reduzido apenas a quantidade do tempo de trabalho comum); não só na sua dimensão técnico-material, mas incluindo seus vínculos com o processo de criação de valor e mais-valia, o que envolve as esferas da produção, e da circulação. E, especialmente, não perder de vista o fato de que a mercadoria é determinante do produto e a mais valia a finalidade da produção, dupla caracterização que particulariza o capital ( IAMAMOTO, 2007.)

E neste sentido, alerta Iamamoto, em relação ao Serviço Social que os limites de apreensão do processo ocasionam “que o processo de trabalho seja reduzido ao conjunto de operações realizadas pelo assistente social individualmente na sua prática abstraído das relações sociais e de propriedade pelos quais é realizado”. (idem p 60)

O debate, pelo coletivo profissional, mediando todos estes aspectos à profissão é, portanto, fundamental. Os argumentos com fundamentações diversas destacam a necessidade de ampliarmos o espaço profissional atendendo a novas demandas e outros trazem como contraponto a preocupação com a descaracterização da profissão e a redução das contribuições que o Serviço Social pode trazer para a efetivação de seu projeto ético-político, no caminho de novos patamares de sociabilidade.

O Serviço Social tem em seu projeto ético político clareza de referências valorativas, onde se inclui a garantia de direitos e a luta pela ampliação do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos; que traz a investigação como parte do seu instrumental e reconhece a necessidade de sua transversalidade na formação ( o que

para desocultar é chave), que tem compromisso com a qualificação das políticas públicas, para o que a pesquisa também é fundamental.

Os documentos que regulamentam a profissão no Brasil, evidenciam as atribuições e competências do assistente social, conforme a interpretamos no País, e as Diretrizes Curriculares aportadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, fruto de amplo debate da categoria, a partir de mais de 200 oficinas realizadas em todo o território brasileiro, desde 1996, orientam a formação e o trabalho profissional fundamentados no referencial marxista, o que inclui o debate acerca de seu objeto, a questão social, da instrumentalidade e dos produtos do trabalho, bem como a materialização do trabalho profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais. (PRATES, 2003)

Estes diversos espaços, embora exijam apreensões particulares, tem uma origem comum e podem ser mediados por estratégias similares, o que justifica a defesa de uma formação generalista.

Por exemplo, o Sistema Único de Assistência Social -SUAS ao incluir na Normativa Operacional Básica que regulamenta a gestão do trabalho no Sistema – NOB-SUAS/RH reconhece a competência dessa profissão para trabalhar com diagnósticos territoriais, na identificação de níveis de desigualdades e cobertura, nas abordagens coletivas, no trabalho com famílias, em redes, entre outras competências.

Estas não são atribuições privativas dessa profissão, mas habilidades reconhecidas socialmente por esse campo de trabalho, o que significou para a profissão a ampliação de espaços sócio-ocupacionais, por outro lado exige no âmbito da formação que se responda a esse reconhecimento, qualificando ou dando maior consistência a essas habilidades exigidas.

Esse reconhecimento mais do que fruto de uma aproximação da profissão a essa política resulta da identificação de algumas competências que são desenvolvidas pelos assistentes sociais, não porque tenhamos em nossa formação um aprofundamento sobre uma determinada política, mas porque o Serviço Social pressupõe uma formação generalista que contempla uma multiplicidade de habilidades e o acesso a uma instrumentalidade que lhe possibilita inserir-se em diversos processos de trabalho para diferentes etapas do planejamento de políticas públicas, seja no seu delineamento, execução, avaliação, ou no conjunto dessas etapas. Estes processos não podem ser desarticulados de uma análise do contexto histórico-social mundial, das particularidades nacional e locais, da forma como o Estado e a sociedade estabelecem relações e dos interesses que representam, dos processos sociais que decorrem dessas relações sejam emancipatórios ou de subalternização e de sua mediação com o cotidiano de sujeitos e grupos singulares.

Portanto as competências de pesquisar, planejar e gerir são de fundamental importância porque necessárias em qualquer espaço sócio-ocupacional.

No âmbito da Graduação não formamos especialistas em saúde ou assistência social, em que pese o fato de estas duas políticas absorverem o maior volume de profissionais graduados, formamos profissionais habilitados a inserirem-se nesses campos mas também em outros como na política habitacional, de segurança pública, dos direitos humanos, na previdência, na educação, entre tantos outros e precisamos ocupar espaços importantes onde a profissão se insere ainda de forma tímida como o

saneamento ambiental e o financiamento público, por exemplo, mas o que particulariza nossa inserção é o trato das refrações da questão social. (PRATES, 2010)

Porém a interpretação sócio-histórica que a categoria faz do seu objeto de trabalho implica numa delimitação de atribuições e competências e ao mesmo tempo na exigência de algumas apropriações e esta opção, pois é uma opção assumida coletivamente pela categoria, embora, reiteramos, não endógena, é fruto de uma orientação ético-política hegemônica, logo em disputa constante.

E essa disputa faz com que tenhamos que fazer opções coletivas constantes na medida em que a descaracterização do objeto, põe em xeque a própria direção social da profissão.

È uma opção formarmos profissionais generalistas, assim como é uma opção a centralidade atribuída a teoria crítica de inspiração marxiana, porque reconhecemos que este referencial epistemológico é o que melhor nos instrumentaliza para o trato da questão social.

Partindo dessas premissas construídas coletivamente não há sentido em termos um serviço social hospitalar, de empresa, ou de qualquer área específica, temos sim uma formação em Serviço Social que pode ser mediada para diversos espaços sócio-ocupacionais.

Não se nega a existência de particularidades nesses espaços,, sobre as quais o profissional que ali se insere precisa apropriar-se para bem realizar o exercício do seu trabalho, mas estes espaços estão inseridos em contextos históricos locais, regionais, nacionais, enfim elementos que conformam a realidade do País que são comuns e que se expressam nesses espaços os condicionando. A fragmentação da profissão por campos só a despotencializa. Contudo, esta também é uma característica do modo de produção capitalista, que fragmenta sob o discurso idealizado de integração ou da especialização. Assim como exclui e inclui (precarizadamente) de acordo com os seus interesses, o capital estimula a fragmentação ou a integração (também precária) a partir da mesma lógica.

Por exemplo, no que concerne as políticas públicas, será que efetivamente temos as condições necessárias para integrar?

Diversos estudos no âmbito da pós-graduação têm mostrado que uma das maiores dificuldades dos profissionais que trabalham com a execução terminal de políticas públicas é a construção efetiva de processos intersetoriais.

Qualquer profissional pode após a realização de sua graduação realizar especializações e dedicar-se a determinadas áreas ou mesmo a outras atividades que exigem nível superior mas que necessariamente não exigem o requisito de que esse profissional seja graduado em Serviço Social, mas isso não particulariza a profissão. Assumir essas especializações como competências que a caracterizam é um grande risco, pois a estaremos precarizando no que concerne a capacidade de dar respostas consistentes ao que estas atividades exigem em termos de conhecimento teórico-prático com consequências à intervenção e ao mesmo tempo estaremos descaracterizando a profissão.

Não somos terapeutas de família, terapeutas de família são aqueles profissionais assistentes sociais ou não que, graduados em áreas humano –sociais qualificaram-se nessa especialidade e a exercem enquanto atividade específica, o que não pode ser caracterizado como trabalho do assistente social. Diferente de um campo sócio-

ocupacional esta se constitui numa especialidade cuja formação não é privilegiada na graduação em Serviço Social.

O trabalho Social com famílias é, sem dúvida, uma competência do assistente social, a matricialidade sócio-familiar hoje é reconhecida nas políticas de saúde e assistência, e fundamental também em políticas como habitação, segurança, entre outras. Mas essa competência resulta de um acúmulo histórico da profissão nesse tipo de intervenção, respaldada pela formação, mas é importante destacar que não é isenta de contradições, pois o controle da pobreza e a culpabilização dos sujeitos permearam esse tipo de intervenção, o que tem sido bastante debatido, pela profissão nas produções sistematizadas pela categoria sobre a matricialidade no SUAS, por exemplo.

Conforme a Lei 8662 de 1993 que regulamenta o trabalho do assistente social no Brasil são atribuições privativas do assistente social:

Planejar, organizar e administrar planos e projetos em Unidades de Serviço Social; realizar vistorias, perícias técnicas., laudos periciais, informações pareceres: em matéria de Serviço Social ; exercer o magistério de serviço social: disciplinas, supervisão, avaliação, direção/ coordenação unidades de ensino serviço social ; realizar assessoria e consultoria em matéria de serviço.social a órgãos da administração pública, empresas privadas, entre outras entidades em matéria de Serviço Social; dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de ensino e pesquisa em Serviço Social ; elaborar, presidir, compor, ou aferir conhecimentos acerca de provas, bancas examinadoras,comissões, concursos/seleção para assistentes sociais, cujos conhecimentos sejam sobre Serviço Social ; elaborar, coordenar, executar, avaliar, supervisionar estudos, pesquisas., planos, programas, projetos na área de serviço social ; fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos Federal e Regionais; ocupar cargos de direção e gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria ; coordenar serviços técnicos. de Serviço. Social, em entidades. públicas e privadas ; coordenar seminários, encontros, congressos de Serviço Social.

O limite de uma atividade profissional é o seu objeto, é tudo que seja matéria de Serviço Social segundo a Lei 8662/93 e só pode ser matéria específica de uma profissão o saber cientificamente acumulado que tem respaldo na formação em nível da graduação.

E matéria, conforme Yamamoto (2002:18) pode ser definida como “ a substância, objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente” , a área, por sua vez se constitui no campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social.

Já a unidade, não se restringe a uma visão administrativa restrita ao setor ou órgão que compõe o organograma de uma organização, mas pode ser entendida como a “ ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim” ou ainda configurar-se como um “agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, sua mútua dependência” (idem)

As funções privativas, segundo Yamamoto (2002) são aquelas prerrogativas exclusivas de uma determinada profissão, dizem respeito a um privilégio, direito e poder de realizar algo. Já as competências se configuram como potencialmente abertas a outras profissões, expressam a capacidade de efetivação, significam o acúmulo de conhecimentos e habilidades para a realização de determinados processos, atividades ou serviços.

A lei 8.662/93 que regulamenta a profissão destaca como competências: Planejar, organizar, administrar benefícios e serviços sociais; planejar, executar, avaliar pesquisas: com intuito de realizar análises da realidade e subsidiar a ação profissional; realizar assessorias e consultorias em órgãos de administração pública, empresas privadas, entre outras entidades; prestar assessoria em matéria de políticas sociais para o apoio e exercício da defesa de direitos a movimentos sociais; implementar, elaborar, executar, avaliar políticas sociais, junto a administração pública, empresas, entidades e organizações populares; elaborar, coordenar, executar, avaliar, planos, programas e projetos com a sociedade civil direcionado a indivíduos e grupos; realizar estudos sócio-econômicos com usuários: com vistas a obtenção de benefícios e serviços; planejar, organizar, administrar serviços sociais e unidades de serviço social.

Não se nega a existência de particularidades nos diversos campos,, sobre as quais o profissional que ali se insere precisa apropriar-se para bem realizar o exercício do seu trabalho, mas estes espaços estão inseridos em contextos mais amplos e reproduzem no âmbito local e singular elementos que conformam a realidade do País que são comuns e que os condicionam.

A mediação do instrumental para realizar diagnósticos, fazer planos, avaliações, atendimentos a sujeitos e grupos, trabalho em redes, trabalho em equipe também são elementos comuns aos diversos espaços sócio-ocupacionais.

A relação intrínseca entre os eixos ético-político, teórico metodológico e técnico-operativo, portanto é fundamental a uma formação e uma intervenção consistentes e efetivas.

Yasbeck e Silva (2005) destacam que no Brasil, como nos demais países latino americanos as reformas educacionais são resultantes de interferências do Banco Mundial e caracterizam-se pela “prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional, pela falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade do ensino, enquanto implementam a redução dos gastos públicos para a educação.” (YAZBECK e SILVA, 2005) A isto se soma a flexibilização dos currículos em função do mercado, a pressão pela sustentabilidade e avaliações centradas, em critérios definidos pelas agências de fomento internacionais. (YAZBECK e SILVA, 2005).

E esta precarização não tem repercussões apenas na vida e na saúde dos trabalhadores, que ressalte-se, estão adoecendo progressivamente de forma invisível, perdendo energia e potencialidade de mobilização e organização, mas impacta no produto do seu trabalho e este produto, uma vez que estamos falando do conjunto dos trabalhadores, é a produção da riqueza, dos bens materiais e simbólicos, dos serviços, do conhecimento, da própria reprodução da cultura e da vida humana.

Estes aspectos tem profunda repercussão na materialidade do Serviço Social, como de resto nas demais profissões que tem seus fundamentos pautados em teorias explicativas da realidade, pois os processos de adensamento de análises que são a base para intervenções substanciais são substituídas pela revalorização de procedimentos operativos desconectados de sua relação com processos sociais efetivamente emancipatórios. E isto conseqüentemente também acaba por impactar negativamente no conjunto das políticas.

Também merece destaque, a importante priorização da pesquisa na formação profissional, não só como disciplina, mas perpassando transversalmente todo o processo

de formação, pois sem investigação, não podemos realizar análises e sínteses, e sem elas, nossa intervenção perde substância e efetividade.

Cabe ainda ressaltar a importância da sistematização e socialização dos conhecimentos produzidos pela profissão através das revistas e periódicos, muitas das quais acessíveis pela via virtual tematizando as diversas expressões da questão social nos mais variados contextos sócio-ocupacionais.

O desempenho qualificado de nossas atribuições privativas e o desenvolvimento de competências é de fundamental importância para a necessária reafirmação dessa profissão na sociedade. E ressaltamos que o seu fortalecimento não é só necessário para atender a interesses de um espírito de corpo, importante em qualquer categoria, desde que não se contraponha aos interesses mais amplos da sociedade. Considerando a violação de direitos de toda a ordem, a ampliação dos processos de exclusão e inclusão precária, que caracterizam o tempo presente, uma profissão como o Serviço Social, que tem clareza teleológica e compromisso social com a democracia radical é extremamente necessária na disputa por novos patamares de sociabilidade.

**Bibliografia:**

ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ADUFRJ. Reestruturação produtiva e automação. Rio de Janeiro, UFRJ. 2006.

BRASIL. Constituição Federal, Código Civil, Código de Processo Civil Yussef Said Cahali (org) 4ed. Rev. Atul e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CFESS. Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2002.

CFESS. Código de Ética profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993a.

CFESS, Pesquisa sobre o perfil profissional. CFESS/CRESS e UFAL, 2005.

<http://www.cfess.org.br/source/boletim>, acesso em março de 2008.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1998.

CLOSS, Thaísa Teixeira. O Serviço Social nas residências multiprofissionais em saúde na atenção básica: formação para a integralidade? Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS PPGSS, 2010.

COUTO, Berenice. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2 ed São Paulo, Cortez, 2007.

CRESS-PR. Legislação Social: Cidadania, políticas públicas e exercício profissional Curitiba, CRESS 11ª Região, 2006

FERNANDES, Idilia. Diversidade da condição humana e interdições sociais. Sociologia da Acessibilidade. Organizado pela ULBRA. Curitiba: IBPEX, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade in CEFESS. Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2002.



IAMAMOTO, Marilda. V Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez, 2007.

LAVINAS L, AMARAL MR, BARROS F. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. Revista Ciência e Saúde Coletiva [www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos](http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos), acesso em março de 2008.

LEFEVRE, Henry. Lógica formal/lógica dialética. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. O Capital. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

PRATES, J, MENDES, J M R, AGUINSKY, B e COUTO, B. Proposta de Capacitação Continuada sobre PNAS e SUAS para agentes municipais do Município de Porto Alegre. Produto de Edital Proposta de capacitação, FSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

PRATES, Jane Cruz. A conjuntura e os desafios para o ensino e a pesquisa na formação de sujeitos compromissados com o coletivo. Paper elaborado para exposição realizada na Semana Acadêmica de Serviço Social da PUCRS, 2007.

PRATES, Jane Cruz. A mediação da teoria e do método marxiano na formação profissional. Artigo. Anais do XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Foz do Iguaçu, ABEPSS, 2007a

PRATES, Jane Cruz. Subsídios para a elaboração do Projeto pedagógico da FSS – PUCRS. Projeto de Pesquisa. Porto Alegre, 2007b

PRATES, Jane C. O mercado de trabalho para o Assistente Social e o SUAS. Artigo Completo. Anais do II Seminário de Políticas Sociais do Mercosul. Pelotas, UCPEL, 2008.

PRATES, Jane Cruz. A avaliação de políticas sociais e o enfoque misto na pesquisa. Anais do ENPESS. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2010.

REIS, Carlos Nelson dos. A globalização e suas implicações na saúde e no trabalho nos blocos regionais: O Mercosul. Conferência de abertura. Simpósio de Saúde do trabalhador. COLSAT-Mercosul. Porto Alegre, PUCRS, abril de 2008.

THÉBAUD-MONY, Annie. A globalização e suas implicações na saúde e no trabalho nos blocos regionais: A União Européia. Vídeo Conferência de abertura. Simpósio de Saúde do trabalhador. COLSAT-Mercosul. Porto Alegre, PUCRS, abril de 2008.

UNESP/Marília. Programa Geral de Saúde do Trabalhador. Editorial: trabalho precário [www.espacoacademico.com.br/023/23news.htm](http://www.espacoacademico.com.br/023/23news.htm), acesso em abril de 2008.

YASBECK, Carmelita e SILVA Maria Ozanira. Serviço Social Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil . São Paulo, Cortez, 2005.